

Correio da Justiça do Trabalho



Ano 2 – Número 47 – 1º de outubro de 2012

PJe-JT

Trabalho sobre acessibilidade no PJe-JT é selecionado para congresso mundial

O trabalho “A importância da acessibilidade no Processo Judicial Eletrônico brasileiro” foi aprovado pela comissão internacional da Conferência Mundial de Governança Eletrônica (ICEGOV), que, anualmente, seleciona iniciativas focadas no uso da tecnologia para transformação das relações entre governos e cidadãos.

Os autores, Adriana Simeão Ferreira (TRT da 14ª Região/RO-AC) e Leondeniz Cândido de Freitas (TRT da 9ª Região/PR), integram o comitê de acessibilidade do PJe-JT. Os servidores tiveram o apoio do magistrado Daniel Gonçalves de Melo (TRT da 14ª Região) na elaboração do texto. “Nosso objetivo foi mostrar à comunidade científica que a acessibilidade dentro do PJe segue padrões nacionais e internacionais, o que vai beneficiar inúmeras pessoas”, explica Adriana.

O trabalho foi selecionado após avaliação criteriosa de comissões compostas por representantes de diferentes universidades. “Foi uma grata surpresa o trabalho ter sido selecionado. Foi um reconhecimento que nos mostrou que a acessibilidade está adquirindo relevância nacional e internacional”, afirma Leondeniz, que é deficiente visual.

O servidor explica que um manual de acessibilidade foi encaminhado aos desenvolvedores do PJe-JT, o que vai beneficiar não só portadores de necessidades especiais, mas toda a sociedade. “Seguindo as recomendações, o sistema torna-se acessível a todas as pessoas, incluindo idosos, daltônicos, dislexos, entre outros”, afirma.

A 6ª Conferência Mundial sobre Teoria e Prática em Governança Eletrônica vai ocorrer entre os dias 22 e 25 de outubro de 2012 na Universidade de Albany, nos Estados Unidos. Os autores do projeto não poderão comparecer à conferência, mas o conteúdo estará disponível para os mais de 350 participantes de quase 60 países.

Saiba mais sobre o PJe-JT: www.csjt.jus.br/pje-jt

Trabalho Infantil

Jornal Nacional destaca condições do trabalho infantil no país



O trabalho infantil, tema do [seminário Trabalho Infantil, Aprendizagem e Justiça do Trabalho](#), que o TST e o CSJT vão promover nos próximos dias 9 a 11 de outubro, na sede do Tribunal, tem sido destaque na mídia. No último dia 24, o [Jornal Nacional, da Rede Globo](#), fez uma ampla matéria sobre a questão do trabalho infantil.

Com dados da [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio \(PNAD\)](#) de 2011 do IBGE, a reportagem mostrou

que cerca de 600 mil crianças deixaram de trabalhar nos últimos dois anos, desde a última pesquisa - uma redução de 14% do número total no país.

No entanto, quase 3,7 milhões de crianças ainda trabalham em todas as regiões. A maioria desses trabalhadores precoces tem entre 14 e 17 anos de idade e atua na agricultura, praticamente sem remuneração. O Nordeste foi a região que mostrou a maior redução, com 48 mil crianças trabalhadoras a menos. Já na região Norte, o nível da ocupação das pessoas de 5 a 17 anos de idade aumentou no período, de 10,1% para 10,8%, de acordo com a PNAD. [Veja aqui gráficos com os dados por regiões, estados e áreas metropolitanas.](#)

(Augusto Fontenele/TST)

Integrante da comissão de combate ao trabalho infantil da JT fala sobre o tema em programa de TV

As características do trabalho infantil e do adolescente no Brasil e a importância da contribuição da Justiça do Trabalho para a erradicação do problema foram analisadas pela juíza Andréa Saint Pastous Nochi, que integra a Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil. A magistrada, titular da 1ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul (RS), falou em entrevista ao programa Justiça do Trabalho do TRT4, que é veiculado em diversas emissoras regionais, e pela TV Justiça. [Veja aqui a entrevista.](#) A Comissão Nacional, instituída por [ato conjunto do TST e do CSJT nº 21/2012](#), visa desenvolver ações, projetos e medidas em prol da erradicação do trabalho infantil no Brasil e da proteção ao trabalho do adolescente. O Seminário sobre trabalho infantil é o primeiro evento fruto das ações da Comissão.

(Marta Crisóstomo/TST)

Trabalho infantil dever merecer tratamento prioritário da sociedade

Por determinação da Constituição Federal, o trabalho infantil deve merecer tratamento absolutamente prioritário do Estado, da família e da sociedade. É o que afirma o desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca do TRT da 9ª Região (PR). “Convivemos, de forma ainda preocupante, com a triste realidade do trabalho precoce e do trabalho inadequado para adolescentes, o que compromete o crescimento saudável da nação no seu amadurecimento democrático”, afirmou ele. O desembargador participará do painel “A aprendizagem e a formação profissional do adolescente” durante o [Seminário Trabalho Infantil, Aprendizagem e Justiça do Trabalho](#).

Já a desembargadora Viviane Colucci, que participará do painel “A proteção integral da criança e do adolescente no direito brasileiro”, afirmou que o Seminário revela uma nova face da Justiça do Trabalho, que não se restringe mais à sua vocação reparatória. Essa nova postura “utiliza todos os meios necessários à sensibilização e mobilização dos agentes políticos e sociais em torno das causas humanitárias, como a luta contra o trabalho infantil”. [Veja aqui a íntegra dos depoimentos](#) dos dois palestrantes.

No hotsite do seminário é possível acessar, além de [notícias](#), links de instituições ligadas ao tema, normas e conclusões de outros eventos, na aba “[Biblioteca](#)”.

O TRT da 17ª Região (ES) implanta o PJe-JT nesta quarta-feira (03/10). O Regional é o 17º TRT a instalar o sistema. Neste primeiro momento, a ferramenta será utilizada para ingresso de ações rescisórias na segunda instância e para todas as novas ações trabalhistas iniciadas nas Varas do Trabalho de Guarapari. O município, que já possui uma vara e registra o maior movimento processual do estado, contará com mais uma unidade também nesta quarta. A 2ª vara nem chegará a ter autos em papel, uma vez que funcionará exclusivamente com o sistema eletrônico.

(Patrícia Resende/CSJT)

Notas

CSJT reafirma prazo para cumprimento da Resolução nº 63

Em sessão do CSJT realizada dia 26 de setembro, os conselheiros reafirmaram que os TRTs não devem atrasar o cumprimento da [Resolução nº 63/2010](#), que padroniza a estrutura organizacional e de pessoal da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau. Em dois processos incluídos na pauta, os pedidos de suspensão do prazo para adequação às novas regras, que termina em 31 de dezembro de 2012, foram considerados prejudicados. O prazo já havia sido estendido quando foi aprovada a [Resolução nº 83/2011](#). Ao alterar a Resolução nº 63/2011, o normativo também determinou que os cargos em comissão não poderão ultrapassar o limite de 62,5% do quantitativo de cargos efetivos dos órgãos, entre outras regras.



Fale com o presidente
caroscolegas@tst.jus.br

Expediente



Presidente

Ministro João Oreste Dalazen

Vice-Presidente

Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

Ministro Antônio José de Barros Levenhagen

Correio da Justiça do Trabalho

Ano 2 – Número 47 – 1º de outubro de 2012

Secretaria de Comunicação Social do TST

Assessoria de Comunicação do CSJT

Contato: caroscolegas@tst.jus.br

Notícias



Atletas, autoridades e operários se unem em ato por Trabalho Seguro na Arena Grêmio

Apesar de não ocorrido nenhum acidente fatal durante as obras da Arena Grêmio, em Porto Alegre, que se encontra com um percentual de conclusão de 92%, os dados relativos às ocorrências em locais de trabalho no Rio Grande do Sul justificam o esforço no trabalho de prevenção e educação dos operários.

Isso porque, segundo dados da OIT, em 2010, houve 24,6 acidentes a cada mil vínculos de trabalho estabelecidos. É o terceiro maior índice de acidentes de trabalho do país.

Ao discursar para os operários da Arena, na manhã do dia 24 de outubro, durante o décimo [ato pelo Trabalho Seguro](#), o presidente do TST e do CSJT, João Oreste Dalazen, lembrou que estava presente para fazer uma urgente mensagem de alerta e que o excesso de confiança é uma das causas mais comuns dos acidentes de trabalho. E, ao comparar o trabalho dos operários e a derrota da seleção brasileira na Copa de 1950, disse, depois de um acidente no local de trabalho por excesso de confiança, “um cenário de alegria pode se transformar em um cenário de profunda tristeza”.

Além dos operários, representantes sindicais e de autoridades, participaram do ato o ex-goleiro do Grêmio e atual deputado federal pelo Rio Grande do Sul, Danrlei, os medalhistas olímpicos em Londres/2012 Mayra Aguiar e Felipe Kitadai, e o jogador de vôlei Paulão, outro medalhista olímpico (Barcelona 1992). Veja [aqui a íntegra da matéria](#).

(Alexandre Machado/TST)

Caderno sobre Saúde e Segurança do Trabalho é lançado no Complexo do Alemão

O Grupo de Trabalho Interinstitucional (Getrin) lançou, na manhã do dia 21 de setembro, o [Caderno sobre Saúde, Meio ambiente e Segurança no Trabalho](#) que traz orientações para uma relação de trabalho saudável e segura. A publicação, patrocinada pelas Organizações Globo, se destina trabalhadores e empresários e atende aos requisitos do Programa de Prevenção de Acidentes de Trabalho do TST e do CSJT.



O lançamento se deu em dois momentos. Pela manhã, com a distribuição do Caderno no auditório do Colégio Estadual Jornalista Tim Lopes, Complexo do Alemão, a autoridades, alunos e professores. À tarde, foi lançada a versão digital do Caderno de SMS, realizado na sede do TRT/RJ. O link para o conteúdo também está disponível nos sites das instituições que integram o Getrin: [TRT/RJ](#), [Amatra1](#), [MPT/RJ](#), [Setrab](#) e [SRTE/RJ](#).

O Getrin foi instituído nos termos do Protocolo de Intenções da Campanha Estadual de Prevenção de Doenças Ocupacionais e Acidentes de Trabalho, assinado pela Amatra1, TRT/RJ, Setrab, MPT e MTE. O grupo tem a missão de incentivar, promover, fortalecer e operacionalizar as ações da campanha de prevenção e de saúde do trabalhador.

A construção civil ainda registra o maior número de mortes por acidentes de trabalho. Em 2010, foram mais de 700 mil acidentes no país. O Rio de Janeiro ocupa a terceira posição entre os estados com mais registros: 47.938, atrás de Minas e São Paulo.

(Com informações da Amatra 1ª Região e do portal G1)

Novas súmulas do TST começaram a valer a partir de sexta, dia 28

Com a terceira publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT) ocorrida nesta sexta-feira dia 28, passam a valer as [Súmulas e Orientações Jurisprudenciais](#) decorrentes da Segunda Semana do TST - ocorrida entre os dias 10 e 14 deste mês. A publicação em três vezes consecutivas atende à determinação do Regimento Interno do TST, em seu [artigo 175](#), que trata da divulgação da jurisprudência, e cumpre o princípio da publicidade na administração pública.

A Coordenadoria de Jurisprudência (CJUR) informa que os portais intranet e internet, com as novas jurisprudências, já estão atualizados em PDF.

(Ricardo Rafael /TST)